

Cinco anos de uma nota só



Temos uma moeda decente, mas uma economia fraca, que não consegue crescer

O real chega a seu quinto aniversário e repito, mais uma vez, com exceção do número inicial, o título do artigo com que tenho anualmente abordado a passagem da data. Uma forma de ver a estabilidade de preços é perceber que as notas da unidade de moeda e seus múltiplos não mudam. Em cada uma delas está a mesma cara, a mesma cor, o mesmo número, o mesmo nome. Já nos estamos acostumando com as notas do real, mas é bom lembrar, ainda que para abominar, o período em que a moeda trocava de nome, as contas perdiam três zeros e, para economizar papel, algumas notas anteriores vinham carimbadas com o nome e as unidades da nova moeda.

Nessa sequência de caras, mas hoje já "coroa", vi o cruzeiro, o cruzeiro novo, o cruzeiro novamente, o cruzado, o cruzado novo, o cruzeiro – mais uma vez –, o cruzeiro real e – ufa! – o real. Com os vários cortes de três zeros perdi minha única chance de ganhar como milionário ou bilionário. Vi também nossos desenhistas de notas esgotarem os livros de História, colocando de Cabral a Castelo Branco, misturando o descobridor com vultos políticos, pulando alguns, sabe-se lá por que critérios, mas certamente não por falta de oportunidade para estampar mais um. Depois, veio uma mistura mais heterogênea, de destaques entre sanitistas (Oswaldo Cruz), compositores (Carlos Gomes e Villa Lobos), pintores (Portinari), escritores (Machado de Assis, entre outros), cientistas (Vital Brasil), ao lado de um naturalista (Augusto Ruschi), um desbravador (Rondon) e um educador (Anísio Teixeira). No meio da turma, recorreram a um ninho de beija-flores para, em conjunto com uma borboleta, ilustrar uma das cédulas. A inglória fase pré-real terminou com uma nota mostrando um gaúcho e, outra, uma baiana, esta valendo dez vezes aquele. Deve ter sido coisa do ACM.

Não tenho tão boa memória assim para lembrar-me de todas essas notas. Eu as tenho, entretanto, à minha frente, numa coleção de cédulas defuntas que pude consultar. Espero que não seja ampliada para incluir o real nem o "real novo", e não vejo hoje esse risco no meu radar, mesmo imaginando o horizonte que ainda não alcança. Quando veio a desvalorização, por um momento pensei no pesadelo que seria isso. Assim, além da razoável estabilidade por quatro anos, o real teve essa prova de fogo no quinto, e reagiu muito bem, bem melhor, aliás, que muitas outras moedas de países igualmente emergentes e sujeitos a desvalorizações também fortes.

Na economia, o problema não está, assim, no real e na sua história, nem mesmo na mais agitada e recente. Temos uma moeda decente, mas uma economia fraca, que não consegue crescer. A moeda tornou-se decente porque, depois de várias receitas econômicas e práti-

cas políticas equivocadas, sintetizadas nos inúteis congelamentos de preços da era Sarney, se adotaram a receita e a prática correta de não financiar o déficit público com emissão de moedas indecentes, como essas da coleção, nem de prosseguir com a emissão monetária por razões igualmente indisciplinadas, como o crédito fácil para os poderosos e protegidos – área em que continuamos com alguns deslizos – e o tal fomento à produção... da inflação.

Não por falta de boas receitas, entretanto, o déficit público foi mantido alto, ampliado e financiado de outra forma inadequada, gerando uma dívida pública crescente, sustentada por uma agiotagem oficializada em que papel se paga com mais papel e juros mais altos para que a papelada seja carregada. Para quem fica fora desse jogo e se dedica ao da economia que produz bens, serviços, emprego e rendimentos de fontes não financeiras, não sobram recursos para investir nem investimento que renda o suficiente para pagar os altos juros que, como lance mínimo, o mercado exige do tomador, o governo, e este, por sua vez, muitas vezes se antecipa em aumentar para não espan- tar seus credores.

Assim, pode-se dizer que, antigamente, o governo financiava boa parte de seu déficit com papel-moeda, irresponsavelmente emitido. Hoje, financia o déficit com dívida pública, também irresponsavelmente gerada e emitida. A primeira forma de financiar gerava inflação e acabou também por prejudicar o crescimento. A segunda, enquanto não explodir, não gera inflação, mas claramente prejudica o crescimento. Para que este tenha uma chance de vicejar, só há uma saída, a de conter o déficit e o seu financiamento pela dívida crescente com juros altos. Essa saída, entretanto, o País e sua classe política ainda relutam em enfrentar. O gasto público continua carecendo de disciplina, sujeito às (in)conveniências da política fisiológica. Para contê-lo se adotam meias medidas, como o que até aqui se fez de reforma da altamente deficitária Previdência. E há também mais dívidas geradas pela irresponsabilidade, como essa que, ainda recentemente, veio na esteira dos precatórios e da pica-retagem política.

Ainda ontem, este jornal anunciou que o Senado aprovou o refinanciamento de títulos emitidos irregularmente pela Prefeitura de São Paulo, referendando, sem nenhuma punição dos responsáveis, práticas e processos que estão afundando o País no presente e comprometendo o seu futuro. Um dos senadores disse que votaria o refinanciamento "tapando o nariz".

Neste quinto aniversário do real, com a coleção de notas à minha frente e como economista e cidadão, continuo sonhando com o dia em que, mesmo tapando o nariz, o País e seus políticos abram a cabeça e acordem para o fato de que o problema não se resume em trocar de moeda por dívida pública, ou o papel com que se financiam déficits e dívidas irresponsáveis. O problema continua sendo o desses déficits e dívidas, gerados por um déficit ainda maior, o de responsabilidade na gestão das finanças públicas.



■ Roberto Macedo, economista, é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Mackenzie
E-mail: roberto@macedo.com